

Governo divulga metas

■ FH encaminha orçamento de 2000 e plano de investimentos ao Congresso

JANES ROCHA*

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso encaminha hoje ao Congresso Nacional a proposta orçamentária para o ano 2000 e o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) até 2003. Os documentos vão trazer um novo conceito gerencial das ações de governo, em que cada programa deve conter objetivo, órgão responsável e valor global, além de prever prazo de conclusão, fonte de financiamento, indicador que quantifique a situação a ser modificada e metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo.

Fernando Henrique Cardoso explicou ontem, por meio do porta-voz George Lamaziére, que "o plano (batizado de Avança Brasil) traz de volta a idéia de planejamento, que está consubstanciada numa visão de longo prazo com intervenção na área social, na infra-estrutura e no meio ambiente. É a retoma-

da do papel do Estado no desenvolvimento de uma forma nova, diversa da que foi feita no passado", disse o porta-voz.

Estudo – O PPA foi elaborado com base num estudo dos eixos de desenvolvimento do país e das necessidades de investimentos. O estudo foi contratado por R\$ 15 milhões a um grupo de empresas privadas reunidas no Consórcio Brasiliiana e apontou a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 317 bilhões nos próximos oito anos em mais de 800 projetos. Destes, o Ministério do Orçamento e Gestão, responsável pela elaboração dos documentos, selecionou 358 que devem consumir R\$ 165 bilhões. A intenção do governo é ampliar a participação de empresas privadas neste volume de aplicações.

A forma, entretanto, não altera o conteúdo do projeto orçamentário para o ano que vem e do plano de investimentos para o período 2000/2003, que é ter de pagar des-

pesas crescentes com pessoal, previdência e encargos das dívidas interna e externa e ainda investir no desenvolvimento do país com os recursos disponíveis. E ainda ter que gerar um superávit primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros das dívidas) de R\$ 28,5 bilhões em 2000 – o equivalente a 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB), R\$ 6 bilhões a mais que o resultado previsto para 1999.

O Orçamento Geral da União terá que explicitar a forma como o governo pretende obter essa diferença de R\$ 6 bilhões no ano que vem, contando com menos da metade dos R\$ 16,3 bilhões obtidos em 1999 com as chamadas receitas extraordinárias (pagamento de débitos em atraso com a Receita Federal, receitas de concessões e de impostos pagos em operações de arbitragem de juros e câmbio nos mercados financeiros e o adiantamento pago pelas empresas priva-

das que compraram as estatais de telefonia nos leilões de privatização).

Diferença – Para o ano 2000, a previsão de arrecadação com estes procedimentos extraordinários é de apenas R\$ 6,7 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão com o pagamento de débitos tributários em atraso e R\$ 5,2 bilhões com concessões de serviços públicos. A área econômica do governo tem argumentado que esse esforço adicional de R\$ 15,6 bilhões será coberto com o aumento das receitas decorrente do crescimento da atividade econômica e pelos efeitos da inflação. A previsão de crescimento do PIB para o ano que vem é de 4% e dos preços, de 6%. O crescimento de 4% do PIB pode elevar as receitas em R\$ 7,2 bilhões, o que já corresponde à metade do esforço necessário para se chegar ao superávit de R\$ 28,5 bilhões.

(*) Colaborou Fabiano Lana